
Perspectivas das Políticas Informadas por Evidências

Maria Sharmila Alina de Sousa^I, Jorge Otávio Maia Barreto^{II}

É crescente a disponibilidade de pesquisas sobre o uso e o impacto de evidências em políticas e sobre incentivos e mecanismos para que o processo de tomada de decisão seja informado por evidências, mas a lacuna entre pesquisa e política ainda é tema de muitos comentários e pesquisas, e as intervenções para preencher esta lacuna são o foco de recentes revisões sistemáticas. Entretanto, para que estas intervenções sejam adequadamente concebidas e eficazes, é importante que elas abordem as verdadeiras barreiras ao uso de evidências, e utilizem incentivos capazes de influenciar o uso de evidências de pesquisa^{1,2}.

É lugar-comum que a política pode ser determinada tanto pelo contexto da tomada de decisões quanto por evidências de pesquisa e que as percepções de formuladores de políticas formam uma parte importante desta história, mas não o todo³⁻⁵. Pelo menos três revisões sistemáticas analisaram especialmente o setor saúde⁶⁻⁸, mas apenas recentemente a influência do movimento de Políticas Informadas por Evidências (PIE) é reconhecida como importante em muitas outras áreas de políticas. Assim, uma maior variedade de formuladores de políticas está se tornando potencial usuária de evidências e os pesquisadores têm se preocupado

-
- I Maria Sharmila Alina Sousa (sharmila.sousa@gmail.com) é Bacharel em Ciências Biológicas – Modalidade Médica (EPM/Unifesp), Especialista em Medicina Farmacêutica (EPM/Unifesp), Mestre e Doutora em Ciências (Medicina, Endocrinologia Clínica; EPM/Unifesp), Mestre em Medicina, Ciência e Sociedade (*King's College London*), Pesquisadora Colaboradora (DPCT/Unicamp) e Associada (Fundação Oswaldo Cruz – Diretoria de Brasília).
- II Jorge Otávio Maia Barreto (jorgebarreto@fiocruz.br e jorgeomaia@hotmail.com) é Bacharel em Direito, Mestre e Doutor em Políticas Públicas, Pesquisador em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz – Diretoria de Brasília.

em fazer um balanço do que se sabe, do que não se sabe, e do que pode ser feito para apoiar estes processos informados^{1,2}.

Mesmo entre especialistas da área, existem opiniões divergentes sobre o que são as PIE e como se relacionam com políticas que influenciam agendas políticas. Segundo Newman e colaboradores⁹, em muitos campos das políticas públicas ainda há grande falta de evidências de pesquisa que sejam robustas. Notadamente, também existe uma escassez de evidências sobre a real capacidade de tomadores de decisões políticas em utilizar evidências de pesquisa, e há ainda menos evidências sobre estratégias eficazes para a formação de tomadores de decisões que formulam políticas. Além disso, estes autores também destacaram o efeito insidioso da corrupção no uso de evidências em processos de formulação de políticas.

Saber localizar e utilizar evidências de pesquisa pode auxiliar tomadores de decisões e aqueles que os apoiam a melhorar e a tornar a elaboração de políticas mais eficiente. Lavis e colaboradores¹⁰ produziram uma série de artigos, a qual apresenta a proposta das Ferramentas SUPPORT (do inglês, *SUPporting POLicy relevant Reviews and Trials*), desenvolvidas numa colaboração internacional, as quais podem ser utilizadas por todos os atores envolvidos na busca e utilização de evidências de pesquisa para sustentar a elaboração de PIE. Esta série¹⁰ aborda quatro grandes áreas que descrevem como processos mais sistemáticos podem ser utilizados no contexto das PIE, resumidas na Figura 1.

A tomada de decisões políticas informadas por evidências envolve o uso – de forma sistemática e transparente – dos melhores dados e evidências de pesquisas disponíveis no momento em que cada uma das seguintes atividades acontecem¹⁰: i) definição de agenda: ou seleção de problemas e suas causas (sobre os quais se concentra especialmente o esclarecimento iterativo de problemas, enquanto se mantém a atenção sobre as políticas e no debate político público); ii) desenvolvimento de políticas (especialmente a delimitação iterativa de opções, enquanto se mantém a atenção sobre dificuldades institucionais, pressões de grupos de interesse, ideias e fatores externos); iii) implementação de políticas (especialmente a identificação iterativa de barreiras/facilitadores e estratégias que os abordem, enquanto novamente se mantém a atenção sobre dificuldades institucionais, pressões de grupos de interesse, ideias e fatores externos); iv) monitoramento e avaliação.

Figura 1. Visão Geral das Ferramentas SUPPORT (extraída de Lavis et al.)¹⁰.



As ferramentas SUPPORT foram desenvolvidas principalmente para tomadores de decisões em processos de PIE e aqueles que os apoiam. Os tomadores de decisões formam um grupo variado, que inclui altos comisionados do governo (por exemplo, Ministros da Saúde ou Finanças), representantes eleitos (por exemplo, órgãos ou comitês legislativos), funcionários públicos de carreira com mandato executivo (por exemplo, diretores de programas de Atenção Básica à Saúde) e políticos de alto escalão com nomeação (por exemplo, chefes de agências governamentais). Assim, os tipos de tomadores de decisões podem variar em função da sua autoridade ou papel em diferentes sistemas políticos, mas compartilham a autoridade para tomar ou influenciar decisões de forma direta. Além disso, os tipos de tomadores de decisões também podem variar por nível operacional e por setor⁹. Tal variação também é observada entre os assessores dos tomadores de decisões, incluindo pessoas de dentro do governo (tais como analistas de políticas ou a equipe de um político eleito) e pessoas que prestam apoio à elaboração de políticas (pesquisadores e consultores eventuais, por exemplo), no entanto, é comum a este grupo o papel de fornecedores de informações para que tomadores de decisões possam realizar suas funções¹⁰.

Embora tenham sido prioritariamente desenvolvidas para estes grupos-alvo – em ordem decrescente, formuladores de políticas e seus conselheiros, gestores de sistemas e serviços de saúde e pesquisadores¹ – as Ferramentas SUPPORT também são relevantes para outros interessados no sistema de saúde, tais como organizações não governamentais e grupos da sociedade civil que desempenhem uma ampla variedade de papéis na agenda política e decisória. Os participantes destes grupos podem, por exemplo, tentar influenciar as deliberações realizadas por tomadores de decisões, ou então trabalhar sobre temas e áreas normalmente não abordadas por políticos, ou ainda em áreas nas quais a autoridade tenha sido delegada a eles pelos próprios tomadores de decisões.

Neste sentido, embora a evidência de pesquisa seja somente um fator que pode influenciar o processo de formulação de políticas, os diálogos deliberativos de política, também apresentados pelas Ferramentas SUPPORT, representam uma oportunidade para discutir as evidências de pesquisa, assim como muitos outros fatores que podem ter influência¹¹. Portanto, fica claro que as Ferramentas SUPPORT não abordam os esforços para apoiar a elaboração de políticas de saúde de forma geral. Como indicado por Lavis e colaboradores¹⁰, cada ferramenta se concentra no suporte ao uso de evidências de pesquisa em diferentes etapas da formulação de políticas de saúde, mas outras formas de apoio podem ser requeridas. Tomadores de decisões também precisam avaliar e influenciar a dinâmica entre as partes interessadas, incluindo relações de poder e os interesses dos diferentes grupos, que são fatores-chave na determinação do processo de tomada de decisão. Os valores são outro fator sobre o qual os tomadores de decisões precisariam desenvolver uma reflexão sistemática e explícita, dado que tais informações poderiam ser essenciais para o processo das PIE.

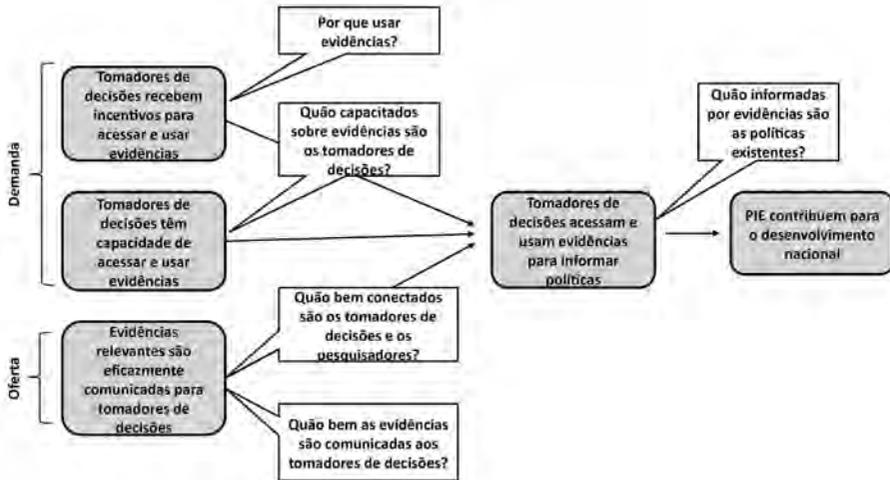
É preciso reconhecer que as evidências de pesquisa podem ser insuficientes, incompletas, imperfeitas e até mesmo contraditórias, mas, por outro lado, os tomadores de decisões responsáveis pela formulação de políticas não poderiam prescindir de tais informações para realizar suas funções. Estar mais informados sobre os pontos fortes e limitações de tais evidências, seria visto por muitos interessados como uma indicação de que o trabalho dos formuladores de políticas foi desempenhado de uma forma apropriada e construtiva¹⁰.

Defensores das PIE argumentam que a profundidade e qualidade do conhecimento utilizado por tomadores de decisões para a formulação de políticas pode influenciar a “eficácia” de tais políticas. O entendimento sobre o uso de evidências de pesquisas nos processos de formulação de políticas constitui a vanguarda dos discursos globais sobre abordagens e estratégias para o desenvolvimento. Portanto, não é surpresa que agências de desenvolvimento internacionais e outros órgãos financiadores de pesquisa têm depositado crescente ênfase sobre a necessidade de comunicação sobre evidências de pesquisa para os tomadores de decisões para a formulação de políticas. Isto tem resultado em uma enxurrada de atividades destinadas a apoiar tal comunicação⁹.

Uso de evidências em políticas: barreiras, incentivos e motivações

Uma recente revisão sistemática¹ sobre barreiras e incentivos para que tomadores de decisões em processos de formulação de políticas utilizem evidências, listou como mais frequentes barreiras: falta de disponibilidade de evidências; falta de evidências relevantes; falta de tempo ou de oportunidade para utilizar evidências de pesquisa; falta de capacitação de formuladores de políticas e outros usuários sobre o método científico; e custos. A lista dos facilitadores mais prevalentes incluiu: acesso e melhoria da disseminação de evidências de pesquisa; existência e acesso a evidências relevantes; e colaborações e relações entre formuladores de políticas e pesquisadores, que foram relatadas como fatores-chave.

Mais detalhadamente, um grupo de especialistas⁹ descreveu estudos de caso sobre a importância da compreensão dos fatores que contribuem para que os processos de PIE possam ser avaliados, utilizando uma Teoria de Mudança (resumida na Figura 2) neste contexto. Esta teoria considera os fatores que afetam a demanda por evidência da parte de tomadores de decisões, e aqueles que afetam a oferta por evidências de pesquisa aos tomadores de decisões para a formulação de políticas. Neste sentido, podemos, primeiramente, concentrarmo-nos sobre a demanda e, especialmente, sobre os incentivos e a capacidade de tomadores de decisões em usar evidências de pesquisa.

Figura 2. Teoria de Mudança em PIE (adaptada de Newman et al.)⁹

Por que usar evidências?

Examinando incentivos e motivações de tomadores de decisões para utilizar evidências nos processos de formulação de agenda, desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, observa-se que “manipulação e ambição políticas parecem estar entre os determinantes mais fortes dos fatores que influenciam os processos de desenvolvimento de políticas”⁹.

Um estudo da Indonésia, apresentado na *International Conference on Evidence Informed Policy Making*⁹, relatou que evidências foram utilizadas por tomadores de decisões em processos de PIE, porém apenas sob determinadas circunstâncias. Por exemplo, pesquisadores e tomadores de decisões mencionaram estar mais propensos a se concentrar em uma questão se ela tiver sido destacada como uma prioridade pelo Presidente da nação. Em alguns casos, evidências foram utilizadas para respaldar posições de políticas predeterminadas. Também foram mencionados fatores pessoais, incluindo suas próprias postura ética e ambição profissional como fatores de incentivo ao uso de evidências em processos de PIE. Por outro lado,

pressões para utilizar evidências de pesquisa também podem vir de atores externos (incluindo organizações internacionais) ou do público.

Segundo Newman e colaboradores⁹, o tema sobre incentivos e motivações para usar evidências e o efeito da corrupção e de acordos político-econômicos sobre estes é um debate particularmente acalorado, principalmente no tangente aos frequentes pedidos de tomadores de decisões por “taxas de sessão” para participarem de treinamentos ou seminários que possam informá-los sobre questões de uso de evidências. Segundo os autores, esta é uma prática generalizada na maioria dos países africanos.

Neste tema de acordos político-econômicos, a revisão sistemática de Oliver e colaboradores¹ fundamentou estas barreiras como: falta de suporte administrativo, órgãos profissionais, recursos materiais e de pessoal, vontade administrativa, e a rotatividade de pessoal. Órgãos profissionais foram vistos como barreiras onde diretrizes úteis não estavam disponíveis, ou onde estas eram percebidas como políticas ou tendenciosas. Como exemplo disso, pode-se mencionar a análise sobre o uso de evidência no desenvolvimento das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual apontou que estes processos geralmente dependem fortemente de especialistas ao invés de representantes daqueles que terão que viver com as recomendações, ou especialistas em áreas metodológicas específicas, e que raramente são utilizadas revisões sistemáticas¹². Outras barreiras ao uso de evidências incluíram o fraco planejamento de políticas em longo prazo, processos políticos não transparentes e inflexíveis e, em países em desenvolvimento, falta de sistemas de saúde eficazes.

Liderança e autoridade foram relatados como facilitadores, com ênfase para lideranças comunitárias e empreendedorismo para políticas de defensores de políticas. As características de evidências de pesquisa foram amplamente relatadas como fatores que afetam o uso de evidências, sendo que clareza, relevância e confiabilidade de achados de pesquisa foram relatados como fatores-chave. O formato dos produtos das pesquisas também foi listado como um fator importante para sua utilização. Por fim, a qualidade e a confiança fornecida pelas evidências de pesquisa foram claramente fatores que afetaram seu uso, particularmente quando outras evidências na área eram de baixa qualidade¹.

Quão capacitados sobre evidências são os tomadores de decisões?

Examinando os conhecimentos, habilidades e atitudes de tomadores de decisões nos processos de PIE, observamos que existem poucas evidências sobre a habilidade de tomadores de decisões em utilizar evidências. A maior parte das pesquisas nesta área tem examinado as percepções de tomadores de decisões sobre suas próprias capacidades e o que necessitam para utilizar evidências. Todavia, existe um pequeno número de investigações que tenta analisar objetivamente tal capacidade de tomadores de decisões, principalmente sobre parlamentares.

Um estudo sobre capacitação de parlamentares para o uso de evidências em Zâmbia demonstrou que todos os participantes se referiram à necessidade de utilizar evidências em sua rotina de trabalho. Entretanto, todos obtiveram padrões muito baixos, em todas as áreas do teste diagnóstico online que avaliou seus conhecimentos sobre pesquisa, ciência e suas habilidades de extrair significados a partir de evidências científicas¹.

Outro relato apresentado na *International Conference on Evidence Informed Policy Making* examinou a capacidade de parlamentares de Uganda em lidar com questões sobre ciência e tecnologia, utilizando revisões de especialistas em sínteses para políticas produzidos por uma equipe de pesquisadores, e plenárias de debates sobre questões em ciência. Alguns achados positivos foram identificados – por exemplo, algumas sínteses para políticas sobre questões de saúde foram descritas como “relativamente bem estruturadas” e “imparciais”. Contudo, no cômputo geral, a prevalência de compreensão e conscientização sobre disponibilidade de evidências foi baixa. Apesar disso, outro estudo avaliando os debates sobre políticas entre diversos atores em quatro países Africanos (Gana, Serra Leoa, Uganda e Zâmbia) identificou que, neste contexto, o uso de evidências não está ausente, mas a compreensão sobre o que constitui evidências variou consideravelmente entre os participantes⁹.

Neste sentido, embora a Teoria de Mudança empregada por Newman e colaboradores⁹ tenha identificado capacitação e incentivos como fatores separados para que tomadores de decisões em contextos de PIE utilizem evidências, vários participantes destacaram as interações entre

estes dois fatores. Em alguns casos, a falta de capacitação para entender evidências foi percebida como benéfica para os tomadores de decisões em contextos de formulação de políticas, pois permitiu que eles ignorassem as evidências e, contrariamente, seguissem sua agenda própria. Portanto, não existiria apenas falta de capacitação, mas também desincentivos para seu desenvolvimento.

Outro ponto relevante sobre esta questão é o fato que tomadores de decisões mais experientes, em instituições com déficit de capacitação para a compreensão de evidências, declararam estar menos propensos a valorizar o uso de evidências e, portanto, menos propensos a introduzir políticas que incentivem a tomada de decisões informada por evidências. Além disso, também podem optar por não empregar pessoal qualificado para compreender evidências, em parte, porque não valorizam evidências e/ou têm medo de contratar pessoal mais qualificado que eles⁹.

Newman e colaboradores⁹ também identificaram que baixos níveis de capacitação sobre evidências em instituições de formulação de políticas refletiram baixos níveis de capacitação sobre evidências na sociedade como um todo. Especificamente, participantes recriminaram o sistema educacional (escolas e universidades) por depender de abordagens de ensino ultrapassadas e deficientes em gradual e firmemente introduzir uma cultura de curiosidade investigativa em seus alunos. De forma geral, os autores observaram uma significativa discrepância entre a habilidade percebida de tomadores de decisões e sua real habilidade nesta área. Dado que muitas instituições e provedores de treinamentos utilizam autoavaliações como a principal ferramenta, é provável que lacunas sobre capacitação estejam frequentemente subestimadas.

Quão bem conectados estão tomadores de decisões e pesquisadores?

Examinando diferentes abordagens de vínculos que fazem o uso de redes de colaboração virtual e presencial para aproximar pesquisadores, a sociedade civil e tomadores de decisões em contextos de PIE, Newman e colaboradores⁹ observaram a necessidade de gerar mais sinergias entre diferentes plataformas para: i) promover o uso de evidências entre toma-

dores de decisões em contextos de formulação de políticas; ii) fortalecer as habilidades de influência de pesquisadores; e iii) alcançar sustentabilidade de tais vínculos.

A revisão sistemática de Oliver e colaboradores¹ identificou “momento oportuno” e “janela de oportunidade” como os mais promissores fatores relacionados a barreiras dentro deste tema. Muitos estudos também discutiram o papel das relações, confiança e respeito mútuo. Neste sentido, a natureza acidental do processo político foi enfatizada em alguns estudos, que discutiram o papel do contato informal e não planejado no desenvolvimento de políticas e na busca de evidências.

Uma abordagem implementada no Paquistão para influenciar a política de HIV para grupos marginalizados¹³, revelou a necessidade de envolvimento dos mais afetados pelas políticas de advocacia – neste caso, o desenvolvimento de capacitação de organizações da sociedade civil que representam grupos marginalizados para exigir mudanças de políticas. Os autores do estudo também identificaram que as expectativas realistas do impacto das evidências deveriam ser estabelecidas, particularmente quando as evidências “competem” com fortes crenças culturais ou religiosas. Neste sentido, o estudo chama a atenção para a necessidade de um espaço de discussão informal entre atores formais.

Outros estudos descreveram como tais vínculos e redes de colaboração se desenvolveram dentro de diferentes canais e em contextos distintos. Um estudo analisando o contexto da Costa do Marfim revelou como as mídias sociais podem influenciar os processos de PIE e constitui plataforma para a ação de uma cidadania digital ativa, em contextos de pesquisa e implementação em saúde e biomedicina. Rose e Novas¹⁴ e Rabinow e Rose¹⁵ definiram este comportamento como biocidadania, ou a execução do “biopoder” por parte de cidadãos, pacientes, ou simplesmente consumidores de informações e tecnologias em saúde que votam via computador com seus *mouses*^{16,17}. Este estudo explorou como o perfil destes cidadãos digitais, suas questões políticas e como suas ações se tornaram um grande motivador para tomadores de decisões envolvidos em processos de formulação de políticas. Trataremos sobre este debate com maior aprofundamento na discussão sobre ciência cidadã¹⁸, mas já sinalizamos a previsão de que as mídias sociais servirão como um braço do governo⁹.

O último ponto sobre quanto e como pesquisadores e tomadores de decisões estão conectados em processos de PIE, é sobre a importância de se incluir tomadores de decisões envolvidos em processos de formulação de políticas desde a fase de planejamento de projetos de pesquisa. Em contextos de ciência cidadã, observa-se que esta estratégia tem sido considerada útil não apenas para adequar a pesquisa às necessidades de tomadores de decisões, mas também como um meio de assegurar a adesão precoce de tomadores de decisões envolvidos em processos de formulação de políticas para que eles estejam mais inclinados a considerar os resultados quando estes emergirem das investigações conduzidas de forma transparente e sistemática. Neste sentido, Newman e colaboradores⁹ ressaltam que vínculos e redes de colaborações, mesmo quando bem desenvolvidas, não são suficientes para atender à lacuna de demanda por evidências da parte de tomadores de decisões, conforme analisado pela Teoria de Mudança resumida na Figura 2. Por outro lado, o conjunto destes fatores pode ajudar a aumentar a conscientização sobre evidências entre tomadores de decisões em contextos de PIE e servir como meio condutor para um fluxo de conhecimento onde a demanda exista.

Quão bem as evidências são comunicadas aos tomadores de decisões?

Examinando estratégias eficazes de comunicação em contextos de PIE sob a perspectiva da oferta de evidências, Newman e colaboradores⁹ identificaram três temas sob a perspectiva da oferta sobre como comunicar evidências de pesquisa e conhecimentos para eficazmente influenciar políticas.

O primeiro tema é sobre a importância de como o conteúdo informacional de evidências é eficazmente reunido e preparado em formato tal por pesquisadores e intermediários que conheçam o contexto, as necessidades e as capacidades de tomadores de decisões locais para que sua comunicação para tomadores de decisões envolvidos em processos de formulação de políticas aconteça de forma concisa, favorecendo sua utilização¹⁹. Deste modo, identificamos o papel central de instituições intermediárias e da melhor forma como as evidências podem ser planejadas, preparadas e comunicadas para influenciar tomadores de decisões.

Segundo Oliver e colaboradores¹, estas instituições intermediárias, também denominadas “corretoras de conhecimento”, são responsáveis pelo aumento no número de pesquisas sobre novos modelos de tradução de conhecimento e avaliações de implementação.

O segundo tema identificado por Newman e colaboradores⁹ ressalta que a comunicação e o planejamento de pesquisas requerem pensamento estratégico e o momento apropriado. Este estudo analisou a atividade de uma consultoria de desenvolvimento participativo em Gana sobre a formatação – ou o empacotamento^{III} – de informações e comunicação com tomadores de decisões envolvidos em processos de formulação de políticas. O estudo identificou um programa que utilizou um documentário fotográfico sobre o dia a dia de pessoal com doenças mentais ou epilepsia para influenciar políticas e práticas sobre saúde mental que abordem as necessidades e direitos de pessoas com doenças mentais em Gana⁹. Em suma, a hipótese é que fotografias de pessoas reais que sofrem de doenças mentais são muito mais poderosas em influenciar opiniões do que qualquer resumo executivo de políticas.

Raciocínio semelhante tem sido utilizado para argumentar favoravelmente ao uso de jogos – um movimento denominado “gamificação” (do inglês, *gamefication*) – em contextos de análise preditiva das PIE²⁰. O propósito de defensores desta abordagem é que tomadores de decisões experimentem uma narrativa e/ou evento artificialmente elaborados para compreender de maneira mais clara e consistente as consequências reais de futuras predições que novos cenários estabelecidos por mudanças de políticas podem eliciar em diferentes contextos e momentos. De acordo com especialistas nesta área, jogos podem ser utilizados para uma série de fins, tais como:

- Educação e treinamento: a construção de jogos pode ajudar a compreender melhor um problema específico;
- Comunicação e colaboração: jogos podem quebrar certas barreiras comunicativas para se chegar a um consenso (por exemplo, comunidades trabalhando com perspectivas diferentes de um mesmo

III Empacotamento de informações consiste na reunião e preparo de materiais concisos capazes de comunicar vários tipos de informações que, apoiados por esforços complementares para facilitar a atração de usuários de evidências, visa a assegurar acesso rápido e fácil para que tais documentos apoiem ações em processos de PIE¹⁹.

- problema que nunca têm uma boa razão para se reunirem e debaterem a questão; um jogo pode ser utilizado para trazê-los para um ambiente onde estas barreiras desaparecem e, então, eles começam a conversar construtivamente para chegar a um consenso, em vez de apenas discutirem em paralelo sobre quem receberá mais investimentos para seus respectivos projetos);
- Tomada de decisão e planejamento: jogos podem ajudar na construção de respostas a crises e, conseqüentemente, auxiliar no debate deliberativo sobre responsabilidade legal nestes contextos (por exemplo, um jogo pode ajudar a planejar como responder a uma epidemia provocada por um patógeno resistente às terapias existentes sem que se tenha que verdadeiramente lidar com tal situação na vida real, como aconteceu com a epidemia do vírus ebola na África Ocidental em 2014 e com as epidemias de dengue, chicungunha e zica no Brasil em 2015 e 2016. Um jogo nos ajuda a explorar como responder, quais as interações entre as comunidades de saúde pública e política, como tomadores de decisões devem gerenciar, por exemplo, os riscos associados e as conseqüências econômicas do fechamento de aeroportos e escolas, pois quando se fecham escolas, uma vez que crianças são pequenos laboratórios de armas biológicas andantes em dias comuns, quanto mais quando existe um superpatógeno à solta, param-se o país e os negócios. Portanto, é uma decisão muito importante;
 - Pesquisa exploratória: jogos podem ajudar a listar assuntos inexplorados para se obter uma melhor compreensão sobre uma questão (por exemplo, não se pode fazer uma lista de assuntos que nunca se pensou; dessa forma, um jogo nos permite vivenciar uma experiência artificial, uma narrativa ou história artificialmente concebidas. O jogo nos permite experimentar as conseqüências de determinadas situações e decisões que, de outra maneira, não poderíamos antecipar sem termos chegado a elas de forma experimental);
 - Pandora: jogos permitem uma experiência mais visceral de um problema (por exemplo: O que significa quando um país tem um novo arsenal nuclear? O que significa dizer que, a partir de hoje, todos os dados de saúde e de constituição genômica, epigenômica

e de exposição ambiental da população de um país serão sistematicamente armazenados para fins de estudos epidemiológicos e de associação entre genótipo e fenótipo de cada indivíduo daquele país? Qual será o esquema de governança destes dados? Quem pode incluir, editar e/ou excluir informações e sob quais critérios? Quem estabelecerá estes critérios? Quem financiará esta base de dados? Outros países poderão utilizar estes dados para fazer comparações com seus bancos de dados? E se estes bancos de dados coletarem, armazenarem, analisarem e validarem estas informações de formas diferentes, poderão ser comparados? Quem terá acesso à sua informação: apenas você ou alguém da sua família, seu médico, sua seguradora de planos de saúde, seu empregador?).

O ambiente criado pelo jogo permitiria a experiência visceral do problema. A vivência deste mundo (artificial e/ou futuro) que esta situação – planejada com a ajuda de especialistas sobre aquele problema em particular – do jogo criou, em muitos casos, tem um impacto muito maior não apenas sobre as atitudes e percepções, mas principalmente sobre o poder de tomada de decisão informada por evidências experimentadas por atores envolvidos em processos de PIE do que a leitura de relatórios, revisões sistemáticas, sínteses para políticas, entre outros formatos mais tradicionais de comunicação de evidências para tomadores de decisões.

Neste sentido, o ambiente de jogos para fins de análise preditiva para a formulação e/ou análise de mudanças de políticas poderia ser útil para expor verdades óbvias que pessoas tendem a resistir à sua discussão, por serem desagradáveis. É muito mais fácil para as pessoas evitar determinados assuntos apenas porque elas não querem acreditar que aquilo exista ou aconteça no mundo real. Todavia, quando são confrontadas com realidades claramente artificiais, existe esta possibilidade de encontro com nossos instintos mais primitivos. Todos já participaram de jogos com alguém que, quando perde ou percebe que está prestes a perder, joga o tabuleiro para cima. Neste sentido, jogos poderiam ser considerados para o desenvolvimento de modelos de capacitação de tomadores de decisões em contextos de PIE²⁰.

Por fim, o terceiro tema observado por Newman e colaboradores⁹ indica que o envolvimento de tomadores de decisões envolvidos em pro-

cessos de formulação de políticas nos estágios iniciais do planejamento de projetos de pesquisa aumenta a probabilidade de uso das evidências. Este estudo avaliou o impacto de evidências de pesquisa sobre os processos de formulação de políticas de saneamento e acesso à água potável nos Camarões e identificou os fatores críticos que levaram à falta de influência das evidências sobre a política implementada por tomadores de decisões neste país. Devido a este contexto, os autores propuseram algumas recomendações para “inovadores em políticas” que queiram ter um impacto significativo sobre os processos de formulação de políticas: i) conhecer sua audiência; ii) incluir os principais atores desde o início do projeto; iii) estabelecer objetivos de influência em políticas na proposta da pesquisa; e iv) escolher o momento (estratégico) correto para disseminação.

Sobre esta terceira perspectiva, podemos traçar um paralelo entre a demanda existente de PIE com a oferta de estratégias inovadoras para a tradução de conhecimentos por meio do uso de evidências em processos de tomada de decisão para políticas informadas. Neste caso, ressaltamos uma interessante estratégia²¹ comissionada pelo Conselho de Financiamento de Ensino Superior da Inglaterra (do inglês, *Higher Education Funding Council England* - HEFCE) e parceiros (*Scottish Funding Council, Higher Education Funding Council for Wales, Department for Employment and Learning Northern Ireland, Research Councils UK and the Wellcome Trust*) sobre como planejar tal adequação de projetos de pesquisa não apenas às necessidades de tomadores de decisões, mas também aos impactos – principalmente os extra-acadêmicos – que se pode querer incluir no desenho de tais estudos. Deste modo, além de promover seu envolvimento em todas as etapas, desde a concepção, desenvolvimento, implementação, monitoramento até a avaliação de projetos de pesquisa, tal estratégia permite uma colaboração mais aprofundada e duradoura entre pesquisadores e tomadores de decisões sobre como produzir evidências úteis para a tomada de decisão informada antecipando potenciais impactos sociais desejados. Definindo impacto como “qualquer efeito sobre, mudança ou benefício para a economia, sociedade, cultura, políticas ou serviços públicos, saúde, o meio ambiente, ou qualidade de vida, para além da academia”²⁰, esta estratégia foi denominada de Abordagem de Pesquisa de Excelência (do inglês, *Research Excellence Framework* - REF)

– ou planejamento de impacto (do inglês, *impact by design*). Seus autores detalharam como realizar, de forma sistemática e transparente, uma avaliação sobre a natureza, a escala e os beneficiários do impacto – nacional, regional e internacional – de evidências produzidas a partir de pesquisas, em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidas no Reino Unido.

Neste sentido, a HEFCE e parceiros começaram a utilizar tal abordagem não apenas para preencher esta lacuna de tradução de conhecimento entre evidência/pesquisa e ação/política, ou seja, entre o saber e o fazer (do inglês, *know-do gap*). Estes órgãos de financiamento têm utilizado esta abordagem não apenas como um novo sistema para avaliar a qualidade da pesquisa desenvolvida em instituições de ensino superior no Reino Unido, por meio do emprego de ferramentas de análise qualitativa e quantitativa sobre *big data*, como também para utilizar os desfechos destas avaliações com o intuito de: i) informar a alocação seletiva de seus financiamentos de pesquisa para as instituições de ensino superior, cujo efeito começou a acontecer no ano acadêmico de 2015/2016; ii) promover a responsabilização (do inglês, *accountability*) sobre investimentos públicos em pesquisa e produzir evidências sobre os benefícios destes investimentos; iii) proporcionar evidências que estabeleçam novos referenciais e padrões de reputação institucionais²¹.

Quão informadas por evidências são as políticas existentes?

Examinando em que medida as políticas existentes são informadas por evidências, Newman e colaboradores⁹ observaram os desafios enfrentados pelo governo brasileiro no planejamento de políticas estratégicas de adaptação às mudanças climáticas para legislação específica e planos setoriais de mudança climática. Os autores compararam o uso da evidência na formulação de políticas com a medicina baseada em evidências afirmando que “Se os médicos devem basear suas decisões nos resultados da pesquisa, certamente os políticos deveriam fazer o mesmo”⁹. Também identificaram que a evidência foi utilizada para informar decisões em políticas, mas tendeu a se limitar a questões sobre o impacto econômico, em vez de salientar aquelas relacionadas com o cenário

global e com o debate e consideração de opções alternativas. Além disso, os autores também observaram que as evidências foram frequentemente utilizadas para respaldar posições políticas preexistentes.

Por outro lado, além de investigar os processos de formulação de políticas, Newman e colaboradores⁹ também examinaram o papel que evidências de pesquisa desempenham na implementação de políticas. A partir de um estudo sobre a implementação de políticas agrícolas na Nigéria, os autores observaram que os tecnocratas responsáveis por executarem a política raramente conduziam pesquisas para avaliar as necessidades dos agricultores. Também não realizavam estudos-piloto sobre a implementação para testar a eficácia de novas políticas. Esta falta de evidência contribuiu para desajustes significativos entre as prioridades identificadas pelos agricultores e aquelas priorizadas pelos tecnocratas. Tal situação foi exacerbada por altos níveis de perda de fundos governamentais, um problema identificado pelos próprios agricultores e tecnocratas.

Resumindo a questão do grau de informação das políticas existentes a partir de evidências de pesquisas, os temas que Newman e colaboradores⁹ identificaram com mais frequência foram: a importância de se utilizar métodos rigorosos para avaliar o uso de evidências em processos de formulação de políticas; o viés de confirmação, dado que evidências de pesquisa são geralmente utilizadas de forma oportunista para respaldar decisões e opiniões políticas preexistentes; a importância do uso de evidências não apenas para o desenvolvimento de políticas, mas também para sua implementação; a necessidade de melhores ferramentas e metodologias que poderiam ser utilizadas para avaliar em que medida as políticas são informadas por evidências; neste sentido, os autores ressaltaram a oportunidade do uso de revisões de especialistas sobre os impactos das políticas.

Desenvolvimento de capacidades para PIE

Por fim, explorando estratégias para o desenvolvimento de capacitação para criar tanto a demanda quanto a oferta por evidências, observamos que existe grande interesse entre os promotores de desenvolvimento internacional em estimular a demanda por evidências de pesquisa através do desenvolvimento de capacitação para tomadores de decisões

políticas para utilizá-las. Entretanto, até o momento, poucas abordagens têm sido implementadas e avaliadas em termos de impacto.

O relatório da *International Conference on Evidence Informed Policy Making*⁹ apresentou os resultados de Uneke e colaboradores sobre um projeto de desenvolvimento de capacitação focado no treinamento direcionado em habilidades relevantes para tomadores de decisões envolvidos em processos de formulação de políticas na Nigéria. Segundo os autores, seu objetivo foi o de “aperfeiçoar as competências de tomadores de decisões políticas e a capacidade organizacional sobre o uso de evidências de pesquisa em políticas e sistemas de saúde”⁹. O modelo desta capacitação se baseou na formatação do programa de treinamento e da entrega de forma contextualizada. Durante a fase preparatória, as entrevistas com os informantes-chave e as reuniões com os formuladores de políticas serviram para identificar as necessidades dos tomadores de decisões políticas e suas percepções sobre limitações de capacidades. Durante a segunda fase, questionários e grupos focais foram utilizados para identificar limitações de capacidade específicas e formular uma estratégia para enfrentá-las. E, finalmente, foram elaboradas seis oficinas de trabalho que abordaram as limitações de capacidade específicas, seguidos de avaliação (um questionário de avaliação pré e outro pós-oficina foram implementados a cada encontro para avaliar o impacto) e um programa de supervisão (com docentes universitários mais experientes). Embora a autoavaliação da percepção dos participantes sobre seus níveis de competências não forneça uma medida precisa sobre suas reais habilidades, é interessante implementar um teste diagnóstico mais objetivo, como o realizado com parlamentares em Zâmbia⁹.

Outro modelo desenvolvido por um grupo no Quênia tem como propósito “facilitar a vinculação e o intercâmbio entre pesquisadores e formuladores de políticas”, por meio de oficinas, conferências, simpósios e reuniões. A fim de defender o uso de evidências para a formulação de políticas entre tomadores de decisões, o desenvolvimento deste modelo revelou que os promotores de capacitação precisam compreender sua audiência e suas prioridades, incluindo suas agendas políticas, suas paixões e objetivos individuais, suas limitações de tempo e suas preocupações sobre reeleição. Segundo os autores, eventos que promovam redes

de colaboração contribuem para “influenciar percepções e desmistificar estereótipos que pesquisadores e tomadores de decisões políticas têm um sobre o outro, promover conhecimento e competências de formuladores de políticas, e influenciar prioridades de pesquisa”⁹.

Sobre este tema, Oliver e colaboradores¹ observaram que os próprios pesquisadores foram descritos como fatores que afetam a utilização das evidências de suas pesquisas. Ter uma boa compreensão sobre o processo de formulação de políticas e do contexto em torno das prioridades das políticas foi favorável à utilização de evidências. Uma barreira ao uso foi identificada quando pesquisadores foram descritos como tendo prioridades distintas das dos formuladores de políticas, devido a pressões para publicação em revistas indexadas. Pesquisadores foram mais valorados em situações em que ficou claro que eram não partidários e produziam resultados imparciais, e quando a provisão de aconselhamento de especialistas também foi relatada como útil¹.

Outro programa da Nigéria que conecta setores semelhantes de diferentes regiões está envolvido com o programa de Evidências e Lições da América Latina, cujo objetivo é compartilhar informações sobre intervenções de políticas bem-sucedidas na América Latina com tomadores de decisões políticas na África e Ásia. Este programa está numa fase inicial, mas Newman e colaboradores⁹ se mostraram confiantes de que as parcerias Sul-Sul possam ser um mecanismo eficaz para o desenvolvimento de capacitação sobre PIE.

Por fim, uma abordagem sobre esforços para o desenvolvimento de capacitação que objetiva apoiar os processos de PIE também foi apresentada na *International Conference on Evidence Informed Policy Making*. Neste sentido, o autor destacou que “PIE não é o mesmo que influência de políticas; a primeira sugere uma mudança de comportamento/cultura; a segunda, uma mudança de desfecho”⁹, e segue apresentando os cinco mecanismos de sua abordagem: i) disseminação da informação (por exemplo, via a reformatação e a agregação de evidências de pesquisa); ii) apoio a interações entre pesquisadores e atores de políticas (por exemplo, através do envolvimento de formuladores de políticas na fase de planejamento de projetos de pesquisa, conforme discutido anteriormente); iii) uso de influência social (por exemplo, influenciando atitudes públicas sobre evidências de

pesquisa por meio de aumento da capacitação dos meios de comunicação sobre como relatar pesquisas); iv) provisão de suporte técnico, financeiro, emocional e organizacional (por exemplo, oferecendo treinamento sobre uso de evidências para formuladores de políticas); v) reforço (por exemplo, mediante implementação de políticas em instituições responsáveis pela formulação de políticas que exigem o uso de evidências).

Assim, Newman e colaboradores⁹ constataram que o desenvolvimento de capacitação destinado à construção e consolidação de ambas, demanda e oferta de evidências, emergiu como ferramenta crucial para o aumento de PIE. Apesar de todos os distintos modelos e estratégias apresentados, os autores concordaram sobre a necessidade de se balancear o domínio das abordagens dirigidas para a oferta com atividades complementares para fortalecer as capacidades e motivações de formuladores de políticas para compreender e utilizar evidências de pesquisa na formulação de políticas.

Aplicações de PIE: modelos e exemplos

Organizações têm sido estabelecidas em diversos países como plataformas de tradução do conhecimento para apoiar o uso de evidências de pesquisa na formulação de políticas. Sobre este tema, Lavis e colaboradores publicaram uma série de quatro artigos²²⁻²⁵ para revisar e descrever métodos e achados sobre as experiências de organizações, principalmente aquelas localizadas em países de baixa e média rendas e que são, de alguma forma, inovadoras e bem-sucedidas. Com este estudo, os autores entrevistaram diretores destas organizações objetivando descrever experiências que possam auxiliar na redução da necessidade de se reinventar a roda e informar decisões sobre como melhor organizar o apoio a processos de PIE em saúde.

Quando perguntados sobre pontos fortes e fracos da conformação de suas organizações, diretores entrevistados listaram diversas dificuldades anteriormente enfrentadas, como, por exemplo, falta de pessoal bem treinado; recursos insuficientes; colaborações internacionais inadequadas; quantidade de tempo, esforços e recursos requisitados; e expectativas não realísticas de clientes¹⁸. Também repetiram diversos pontos de experiências de sucesso anteriormente descritas, oferecendo sugestões,

resumidas em sete grandes recomendações, àqueles que pensam em estabelecer organizações similares:

- **Colabore com outras organizações:** a maioria dos diretores enfatizou as colaborações como importante tanto no estabelecimento de uma organização quanto no seu trabalho contínuo;
- **Estabeleça fortes vínculos com formuladores de políticas e envolva as pessoas interessadas no trabalho:** muitos diretores recomendaram fortemente que as organizações estabelecessem vínculos com formuladores de políticas; vários diretores de todos os tipos de organizações também enfatizaram a importância do envolvimento de pessoas interessadas;
- **Seja independente e administre conflitos de interesse entre os envolvidos no trabalho:** enquanto muitos diretores argumentaram favoravelmente ao estabelecimento de fortes vínculos com formuladores de políticas e o envolvimento de pessoas interessadas no trabalho da organização, alguns destacaram a importância de agir de forma independente e gerenciar conflitos de interesse;
- **Desenvolva capacitação para os que trabalham na organização:** muitos diretores enfatizaram o desafio e a importância do recrutamento ou treino de uma equipe multidisciplinar; dois diretores destacaram a importância de se ter uma equipe multidisciplinar e, especificamente, nos países de baixa e média renda, pensar internacionalmente; vários diretores enfatizaram a importância da capacidade de liderança;
- **Use métodos rigorosos e seja transparente no trabalho:** muitos diretores enfatizaram a importância de se utilizar bons métodos e ser transparente;
- **Comece pequeno, tenha clareza sobre sua audiência e escopo, e aborde questões importantes:** uma série de diretores enfatizou a magnitude do trabalho envolvido e, portanto, a importância de se começar pequeno, ter audiência e escopo claros, e abordar questões importantes; e, embora vários diretores tenham apontado a necessidade de abordar questões importantes, nenhuma recomendação consistente foi mencionada sobre como abordar a seleção de perguntas;

- Esteja atento a considerações sobre implementação, ainda que a implementação não seja mandatória: vários diretores notaram a importância da implementação; os que não comentaram sobre implementação deixaram claro que a implementação não faz parte do trabalho de suas organizações; todavia, alguns destes diretores indicaram que considerações sobre implementação ainda informam seu trabalho, mesmo se a responsabilidade pela implementação caiba a outros;
- Funções para a OMS: apenas um pequeno número de diretores fez comentários sobre o potencial papel da OMS; entretanto, tais comentários quase sempre se referiram às funções que a OMS tem ou poderia desempenhar na promoção de colaborações entre organizações²².

Modelos metodológicos e organizacionais de PIE

A ideia de conectar pesquisa e ação no setor da saúde tem chamado bastante a atenção internacional. No final de 2004, a OMS publicou, em seu relatório mundial sobre conhecimento para uma melhor saúde, um capítulo dedicado à conexão entre investigação e ação²⁶. Em maio de 2005, a Assembleia Mundial da Saúde convidou os Estados-Membros da OMS a estabelecer ou fortalecer mecanismos para transferir conhecimentos, a fim de apoiar sistemas de saúde pública e de prestação de cuidados em saúde baseados em evidências, e políticas de saúde informadas por evidência. Esta Assembleia também solicitou que o Diretor-Geral da OMS apoiasse o desenvolvimento de mecanismos mais eficazes para preencher a lacuna entre as formas como o conhecimento é gerado e as formas como é utilizado, incluindo a transformação dos achados de pesquisas em saúde em políticas e práticas²⁷.

Sobre este tema, Lavis e colaboradores²⁸ desenvolveram uma estrutura composta por quatro elementos, para avaliar os esforços em nível dos países para conectar pesquisa e ação. O principal intuito desta estrutura de análise é informar os diálogos em nível dos países sobre os domínios aos quais se poderia direcionar atenção, a fim de conectar pesquisa e ação. Os países fornecem uma unidade natural para avaliação, uma vez que podem existir divisões de trabalho dentro de um país (por exemplo, entre financiadores de pesquisa). As capacidades e limitações de um país

afetarão o foco inicial de seus esforços (por exemplo, a criação de demanda por evidências de pesquisa pode ser um dos primeiros passos para alguns países, enquanto a integração e o desenvolvimento dos esforços existentes podem estar entre os primeiros passos para outros). As capacidades também afetarão os requisitos de um país para parcerias além de suas fronteiras (por exemplo, iniciativas regionais podem fornecer economias de escala e iniciativas globais podem fornecer apoio).

Ao se discutir sobre os esforços para conectar pesquisa e ação dentro de um país, o termo ação inclui a manutenção do status quo, o que, às vezes, pode requisitar tanto esforço ou mais do que provocar mudanças. Entretanto, esta estrutura de avaliação criada por Lavis e colaboradores²⁴ não incluiu ação sob a forma de comercialização, porque o diferente contexto provocado por um motivo lucrativo garante tratamento separado.

O tema sobre a conexão entre pesquisa e ação, geralmente, preocupa aqueles que preferem que a pesquisa se concentre na descoberta em vez de sua aplicação. Todavia, ambos os objetivos não precisam estar em conflito. Muitos pesquisadores desenvolvem inovações em ciências básicas, teoria e metodologia. Pesquisadores utilizam estas inovações para conduzir estudos e escrever artigos e relatórios e, depois, pesquisadores baseiam-se nestas contribuições individuais para produzir revisões sistemáticas. Uma fração dessas revisões sistemáticas (e, ocasionalmente, de estudos individuais) produzirá mensagens acionáveis, isto é, passíveis de serem incluídas na prática para uma ou mais categorias de potenciais usuários de evidências de pesquisa. Outras vezes, tais revisões promoverão solicitações para mais ou mais tipos de evidências de pesquisa. Portanto, este tema da conexão entre pesquisa e ação significa, em parte, simplesmente concentrar nossos esforços para associar pesquisa à ação no ápice da pirâmide do conhecimento enquanto continuamos a construir uma base sólida para esta pirâmide (Figura 3). Descoberta e aplicação são pontos interdependentes ao longo de um processo sequencial, não são objetivos concorrentes para o papel da pesquisa na sociedade. Para os interessados em aplicar a pesquisa, é necessário, portanto, criar e validar, coletivamente, formas inovadoras de tradução de conhecimento que atraíam todos os atores envolvidos na vinculação entre pesquisa e ação: financiadores, pesquisadores, formuladores de políticas e sociedade civil.

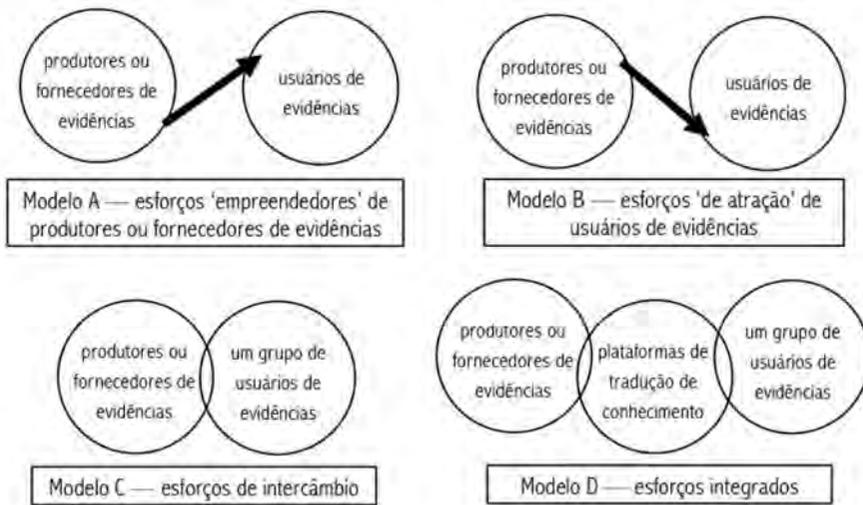
Figura 3 – Pirâmide do Conhecimento (adaptada de Lavis et al.)²⁵

Para este fim, metodologias de revisões sistemáticas se prestam cada vez mais a fornecer respostas aos diversos tipos de perguntas feitas por diferentes potenciais usuários de evidências de pesquisa. Neste sentido, revisões sistemáticas oferecem quatro grandes vantagens sobre estudos individuais, as duas primeiras se aplicam principalmente a meta-análises que abordam a questão sobre o que funciona²⁵: i) a probabilidade de ser induzido ao erro por evidências de pesquisa é menor com uma revisão sistemática do que com um estudo individual (ou seja, o viés é reduzido); ii) a confiança no que se pode esperar de uma intervenção é maior com uma revisão sistemática do que com um estudo individual (ou seja, a precisão é aumentada); iii) recorrer a uma revisão sistemática constitui uso mais eficaz do tempo porque a literatura disponível já foi identificada, selecionada, avaliada e sintetizada de forma sistemática e transparente; potenciais usuários de evidências de pesquisa podem, assim, concentrar-se na avaliação da aplicabilidade local de uma revisão e na coleta e síntese de outros tipos de informações, tais como informações de saúde de rotina; iv) uma revisão sistemática pode ser mais construtivamente contestada do que um estudo individual, porque o debate se concentrará na avaliação e síntese, e não na razão pela qual um estudo foi identificado e selecionado em detrimento de outros.

Embora mensagens acionáveis provenientes de revisões sistemáticas possam ser a unidade de pesquisa natural a se considerar quando tentamos conectar pesquisa e ação, as pessoas ainda precisam fazer estas conexões. Neste sentido, apresentamos quatro abordagens (resumidas na

Figura 4) que podem ser empregadas, isoladamente ou em combinação, para conectar pesquisa e ação²⁸.

Figura 4 – Modelos de Conexão entre Pesquisa e Ação (adaptado de Lavis et al.)²⁸



- Modelo A: esforços empreendedores são liderados por pesquisadores, grupos de intermediários e outros fornecedores de evidências de pesquisa (tais como equipe de comunicação). Tais esforços são bem adequados para situações em que os potenciais usuários de evidências de pesquisa não sabem que devem considerar uma mensagem específica (ou, em alguns casos, prefeririam continuar a ignorá-la).
- Modelo B: esforços de atração de usuários de evidências de pesquisa envolvem pacientes, profissionais de saúde, funcionários públicos e outros que acessam o mundo da pesquisa para extrair informações para uma decisão que precisam enfrentar. Pesquisadores e grupos de intermediários podem facilitar estes esforços, melhorando o acesso a evidências de pesquisa otimamente formatadas e que sejam de alta qualidade e relevância. Esforços de atração de usuários são bem adequados para situações em que os potenciais usuários tenham identificado uma lacuna de informação e pretendem resolver tal lacuna de forma oportuna.

- **Modelo C:** esforços de intercâmbio (ou conexão e intercâmbio) ocorrem quando os produtores ou fornecedores de evidências de pesquisa desenvolvem uma parceria com um grupo que usa as evidências da pesquisa. Estas parcerias são adequadas para situações nas quais os dois grupos podem estabelecer um entendimento compartilhado sobre as perguntas a serem feitas, como respondê-las por meio de uma revisão sistemática ou como parte de um projeto ou programa de pesquisa, e como avaliar a pesquisa e outros tipos de informações que cada grupo traz para o intercâmbio.
- **Modelo D:** esforços integrados e uma abordagem que integra esforços através de plataformas de tradução de conhecimentos de larga escala, incluindo elementos das abordagens de esforços empreendedores, de atração de usuários e de intercâmbio.

Considerações finais: desafios atuais para as PIE

Superar barreiras

Até mesmo as evidências de maior qualidade podem ter pouco impacto se não forem consideradas na tomada de decisão. Para superar as barreiras para o uso de evidências nas políticas, alguns fatores podem ser considerados, incluindo: i) ausência de janelas de oportunidade; ii) lacunas de conhecimento e incertezas; iii) controvérsias, evidências irrelevantes e conflitantes; e iv) interesses particularizados e conflitos de interesse. Não é suficiente produzir evidências, nem mesmo sintetizar e formatar evidências em um formato mais fácil de usar²⁹.

Reduzir disparidades em saúde

O primeiro passo na direção de melhorar a saúde pública é compreender melhor quais são os principais problemas de saúde e quais são as prioridades mais urgentes, utilizando dados quantitativos para elaborar um retrato de saúde e dados qualitativos para entender as preferências da população sobre diferentes abordagens no seu contexto. Compreender as causas desses problemas de saúde geralmente vai requerer pesquisas analíticas e estudos qualitativos para entender melhor como exposições

mais complexas levam a problemas específicos de saúde. Raramente existe uma única “cura” ou intervenção isolada, mas sim uma sequência de estratégias desde o diagnóstico e tratamento de pacientes já afetados, até a prevenção de doenças, a promoção da saúde e a abordagem dos determinantes sociais da saúde a montante. As pesquisas para desenvolver e testar intervenções clínicas, como os ensaios clínicos randomizados, são caras e menos aplicáveis se as intervenções são mais complexas, além de, às vezes, estarem associadas a certos desafios éticos³⁰.

De fato, uma área muito negligenciada do ciclo de pesquisa é a pesquisa de implementação e avaliação, que muitas vezes envolve projetos de estudos de pesquisa quase experimentais, bem como pesquisa qualitativa, para entender melhor como tirar o máximo proveito das intervenções existentes e maneiras de maximizar as melhorias na saúde. Por conseguinte, pode ser necessário alterar as atuais estruturas de incentivo no âmbito da investigação em saúde, a fim de conferir maior ênfase à investigação de implementação e avaliação conduzida em colaboração com os utilizadores do conhecimento que estão em condições de utilizar os resultados na prática para melhorar a saúde.

Integrar o contexto e os valores

Embora já existam vários algoritmos e não exista um único modo certo de resumir ou ordenar os vários elementos que devem ser envolvidos na tomada de decisões relacionadas com a saúde, uma ênfase especial no equilíbrio dos valores de pacientes individuais e populações, bem como a importância de incorporar considerações contextuais pode ser um importante fator para o avanço das PIE.

De fato, muitos tipos diferentes de evidências e julgamentos de valor são necessários durante o processo de tomada de decisão para responder a uma ampla gama de questões, incluindo: i) Qual é o problema de saúde prioritário? ii) O que causa este problema de saúde? iii) Quais são as diferentes estratégias ou intervenções que podem ser usadas para resolver este problema de saúde? iv) Qual dessas opções, em comparação com o status quo, tem um benefício adicional que supera os danos? v) Quais opções seriam aceitáveis para os indivíduos ou populações envolvidas? vi) Quais são os custos e os custos de oportunidade? vii) Seriam estas opções viá-

veis e sustentáveis neste contexto específico? viii) Quais são as implicações éticas, legais e sociais da escolha de uma opção sobre outra? ix) O que as diferentes partes interessadas podem ganhar ou perder de cada opção? x) Tendo em conta as múltiplas perspectivas e considerações envolvidas, que opção é mais susceptível de melhorar a saúde, minimizando os danos?³¹.

Ciência Cidadã, Telemedicina e e-Saúde

Objetivando integrar considerações sobre contextos e valores individuais e populacionais aos processos de PIE, a ciência cidadã tem proposto abordagens inovadoras e criativas com crescente importância para diversas áreas do conhecimento, revelando notável importância para o setor saúde¹⁸. Por meio do desenho de investigações que considerem a participação sistemática e transparente de todos os atores com potencial e real interesses sobre o objeto de estudo em todas as etapas, desde a concepção, desenvolvimento, implementação, monitoramento até a avaliação dos projetos de pesquisa, defensores do desenvolvimento e implementação de abordagens delineadas segundo os preceitos da ciência cidadã argumentam que as evidências produzidas por tais investigações são mais robustas, autovalidadas (por passarem por processos iterativos de validação mediante diálogos deliberativos e/ou outras metodologias qualitativas visando tais fins) e, portanto, mais informativas, dado que reproduzem com maior proximidade da realidade as questões exatamente como elas são percebidas no mundo real (isto é, não controladas por ambientes artificiais construídos por estudos experimentais). Dessa forma, a ciência cidadã¹⁸ também permite a produção de soluções para problemas antigos por meio da descentralização do conhecimento, da diversidade de opiniões (independentemente de influências de pares ou outros atores tradicionalmente considerados especialistas na área do objeto de estudo) e do consenso.

Nesta promoção de uma ciência participativa, o objetivo da ciência cidadã¹⁸ não é o de questionar as funções dos diferentes tipos de conhecimentos destes distintos atores sociais, mas o de fornecer ferramentas capazes de viabilizar tais contextos de integração. Temos acompanhado a crescente relevância destas ferramentas de telemedicina e telessaúde^{32,33} (por exemplo, mensagens de texto) e de e-Saúde^{34,35} (por exemplo, aplicativos de celulares e prontuários eletrônicos) para fins de coleta, armazenar

mento, avaliação e monitoramento, de forma transparente e sistemática, de informações de saúde de diferentes perfis de (sub)populações em banco de dados no formato *big data* para a identificação de problemas em saúde pública e consequente formulação de políticas que atendam às questões de ordem local, nacional, regional e internacional. Em tais contextos, por meio do emprego dessas ferramentas tecnológicas em saúde, o objetivo da ciência cidadã é o de promover não apenas o acesso a processos de atenção e cuidados em saúde de forma remota, mas visando a ampliar a cobertura dos sistemas de saúde com real benefício para populações-alvo e custo-efetividade. A ciência cidadã também visa à promoção de redes de colaboração para que, ao favorecer o empoderamento destes biocidadãos^{14,15}, também viabilize a sustentabilidade do setor saúde em países de baixa e média renda por meio do desenvolvimento e implementação de ferramentas baratas e de fácil utilização, além de processos contínuos de tomada de decisões informadas pelas melhores evidências de pesquisa disponíveis.

Referências

1. Oliver K, Innvar S, Lorenc T, Woodman J, Thomas J. A systematic review of barriers to and facilitators of the use of evidence by policymakers. *BMC Health Services Research* [internet]. 2014 [acesso em: 8 maio 2017]; 14(1):2. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1472-6963-14-2?site=bmchealthservres.biomedcentral.com>
2. Macintyre S, Chalmers I, Horton R, Smith R. Using evidence to inform health policy: case study. *BMJ* [internet]. 2001 [acesso em: 8 maio 2017]; 322:222-225. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1119477/pdf/222.pdf>
3. Nutbeam D. Getting evidence into policy and practice to address health inequalities. *Health Promot Int* [internet]. 2004 [acesso em: 8 maio 2017]; 19(2):137-140. Disponível em: <https://academic.oup.com/heapro/article-pdf/19/2/137/1657539/dah201.pdf>
4. Oakley A: Evidence-informed policy and practice: challenges for social science. In *Educational Research and Evidence-Based Practice*. Edited by Hammersley M. London; 2007.

5. Pawson R. Evidence-Based Policy: A Realist Perspective. London: Sage Publications Ltd; 2006.
6. Boaz A, Baeze J, Fraser A. Effective implementation of research into practice: an overview of systematic reviews of the health literature. BMC Res Notes [internet]. 2011 [acesso em: 8 maio 2017]; 4(1):212. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3148986/pdf/1756-0500-4-212.pdf>
7. Murthy L, Shepperd S, Clarke M, Garner S, Lavis J, Perrier L, et al. Interventions to improve the use of systematic reviews in decision-making by health system managers, policymakers and clinicians. Cochrane Database Syst Ver. 2012.
8. Perrier L, Mrklas K, Lavis JN, Straus SE. Interventions encouraging the use of systematic reviews by health policymakers and managers: a systematic review. Implementation Sci [internet]. 2011 [acesso em: 8 maio 2017]; 6:43. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3104485/pdf/1748-5908-6-43.pdf>
9. Newman K, Capillo A, Famurewa A, Nath C, Siyanbola W. What is the evidence on evidence-informed policy making? Lessons from the International Conference on Evidence-Informed Policy Making. International Network for the Availability of Scientific Publications (INASP) [internet]. 2013 [acesso em: 8 maio 2017]. Disponível em: http://www.inasp.info/uploads/filer_public/2013/04/22/what_is_the_evidence_on_eipm.pdf
10. Lavis JN, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A. SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP) – Introduction. Health Research Policy and Systems [internet]. 2009 [acesso em: 8 maio 2017]; 7(Suppl1):1. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3271819/pdf/1478-4505-7-S1-I1.pdf>
11. Lavis JN, Boyko J, Oxman AD, Lewin S, Fretheim A: SUPPORT Tools for evidence-informed health Policymaking (STP). 14: Organising and using policy dialogues to support evidence-informed policymaking. Health Research Policy and Systems [internet]. 2009 [acesso em: 8 maio]; 7(Suppl1):14. Disponível em: <https://health-policy-systems.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1478-4505-7-S1-S14?site=health-policy-systems.biomedcentral.com>
12. Oxman AD, Lavis JN, Fretheim A. Use of evidence in WHO recommendations. The Lancet. 2007; 369(9576):1883-89.

13. Hawkes S, Zaheer HA, Tawil O, O'Dwyer M, Buse K. Managing research evidence to inform action: influencing HIV policy to protect marginalised populations in Pakistan. *Glob Public Health*. 2012;7(5): 482-94.
14. Rose N, Novas C. *Biological citizenship*. Blackwell Publishing; 2004.
15. Rabinow P, Rose N. Biopower today. *BioSocieties* [internet]. 2006 [acesso em: 8 maio 2017]; 1(2): 195-217. Disponível em: <http://anthropos-lab.net/wp/publications/2007/01/rabinow-rose.pdf>
16. Tutton R; Prainsack B. Enterprising or altruistic selves? Making up research subjects in genetics research. *Sociology of Health & Illness* [internet]. 2011 [acesso em: 8 maio 2017]; 33(7):1081-1095. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9566.2011.01348.x/epdf>
17. Prainsack B. Voting with their mice: personal genome testing and the “participatory turn” in disease research. *Accountability in research*. 2011; 18(3):132-47.
18. Prainsack B. Understanding participation: the ‘citizen science’ of genetics. *Genetics as social practice*. Farnham: Ashgate; 2014.
19. Adam T, Moat KA, Ghaffar A, Lavis JL. Towards a better understanding of the nomenclature used in information-packaging efforts to support evidence-informed policymaking in low- and middle-income countries. *Implementation Science* [internet]. 2014 [acesso em: 10 maio 2017]; 9:67. Disponível em: <http://www.implementationscience.com/content/9/1/67>
20. RAND. Podcast: The Serious Role of Gaming. RAND Corporation [homepage internet]. 2017 mar [acesso em: 8 maio 2017]. Disponível em: <https://www.rand.org/multimedia/podcasts/events-at-rand.html>
21. King’s College London and Digital Science. The nature, scale and beneficiaries of research impact: An initial analysis of Research Excellence Framework (REF) 2014 impact case studies [internet]. Bristol, United Kingdom: HEFCE; 2015 [acesso em: 8 maio 2017]. Disponível em: <http://www.kcl.ac.uk/sspp/policy-institute/publications/Analysis-of-REF-impact.pdf>
22. Lavis JN, Oxman AD, Moynihan R, Paulsen EJ. Evidence-informed health policy 1 – Synthesis of findings from a multi-method study of organizations that support the use of research evidence. *Implementation Science* [internet]. 2008 [acesso em: 8 maio 2017]; 3:53. Dis-

ponível em: <https://implementationscience.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1748-5908-3-53?site=implementationscience.biomedcentral.com>

23. Lavis JN, Paulsen EJ, Oxman AD, Moynihan R. Evidence-informed health policy 2 – Survey of organizations that support the use of research evidence. *Implementation Science* [internet]. 2008 [acesso em: 8 maio 2017]; 3:54. Disponível em: <https://implementationscience.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1748-5908-3-54?site=implementationscience.biomedcentral.com>
24. Lavis JN, Oxman AD, Moynihan R, Paulsen AJ. Evidence-informed health policy 3 – Interviews with the directors of organizations that support the use of research evidence. *Implementation Science* [internet]. 2008 [acesso em: 8 maio 2017]; 3:55. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2639615/pdf/1748-5908-3-55.pdf>
25. Lavis JN, Moynihan R, Oxman AD, Paulsen EJ. Evidence-informed health policy 4–Case descriptions of organizations that support the use of research evidence. *Implementation Science* [internet]. 2008 [acesso em: 8 maio 2017]; 3:56. Disponível em: <https://implementationscience.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1748-5908-3-56?site=implementationscience.biomedcentral.com>
26. World Health Organization. World report on knowledge for better health: strengthening health systems. WHO [internet]. 2004 [acesso em: 8 maio 2017]. Disponível em: http://www.who.int/rpc/meetings/en/world_report_on_knowledge_for_better_health2.pdf
27. Pan American Health Organization, World Health Organization. 136th Session of the Executive Committee. Resolutions and Other Actions of the 58th World Health Assembly of Interest to the PAHO Executive Committee [internet]. 2005 jun [acesso em: 8 maio 2017]. Disponível em: <http://www.paho.org/english/gov/ce/ce136-25-e.pdf>
28. Lavis JN, Lomas J, Hamid M, Sewankambo NK. Assessing country-level efforts to link research to action. *Bull World Health Organ* [internet]. 2006 [acesso em: 8 maio 2017]; 84(8):620-28. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/bwho/v84n8/v84n8a13.pdf>
29. Andermann A, Pang T, Newton JN, Davis A, Panisset U. Evidence for Health II: Overcoming barriers to using evidence in policy and practice. *Health Research Policy and Systems* [internet]. 2016

- [acesso em: 8 maio 2017]; 14:17. Disponível em: <https://health-policy-systems.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12961-016-0086-3?site=health-policy-systems.biomedcentral.com>
30. Andermann A, Pang T, Newton JN, Davis A, Panisset U. Evidence for Health I: Producing evidence for improving health and reducing inequities. *Health Research Policy and Systems* [internet]. 2016 [acesso em: 8 maio 2017]; 14:18. Disponível em: <https://health-policy-systems.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12961-016-0087-2?site=health-policy-systems.biomedcentral.com>
 31. Andermann A, Pang T, Newton JN, Davis A, Panisset U. Evidence for Health III: Making evidence-informed decisions that integrate values and context. *Health Research Policy and Systems* [internet]. 2016 [acesso em: 8 maio 2017]; 14:16. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4791763/pdf/12961_2016_Article_85.pdf
 32. Alkmim MB, Figueira RM, Marcolino MS, Cardoso CS, Pena de Abreu M, Cunha LR, et al. Improving patient access to specialized health care: the Telehealth Network of Minas Gerais, Brazil. *Bull World Health Organ* [internet]. 2012 [acesso em: 2 dezembro 2016]; 90:373-378. Disponível em: <http://www.who.int/bulletin/volumes/90/5/11-099408.pdf>
 33. Heerden AV, Tomlinson M, Swartz L. Point of care in your pocket: a research agenda for the field of m-health. *Bull World Health Organ* [internet]. 2012 [acesso em: 2 dezembro 2016]; 90(5):393-394. Disponível em: <http://www.who.int/bulletin/volumes/90/5/11-099788/en/>
 34. Dumiak M. E-health's future frontiers. *Bull World Health Organ* [internet]. 2012 [acesso em: 2 dezembro 2016]; 90(5):328-329. Disponível em: <http://www.who.int/bulletin/volumes/90/5/12-030512/en/>
 35. World Health Organization. The bigger Picture for e-health. *Bull World Health Organ* [internet]. 2012 [acesso em: 2 dezembro 2016]; 90(5):330-331. Disponível em: <http://www.who.int/bulletin/volumes/90/5/12-040512/en/>

